

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 33/2013

Contrato celebrado entre o **Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RS** e **Shopping Tour Cambio e Turismo Ltda** para prestação de serviços de gerenciamento, reserva, emissão, remarcação ou alteração e fornecimento de passagens aéreas. Edital PE nº 264/CELIC/2013.

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RS, autarquia estadual criada pela Lei n.º 10.847, de 20 de agosto de 1996, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.935.819/0001-03, com sede na Rua Voluntários da Pátria, n.º 1.358, na cidade de Porto Alegre/RS, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, Sr. Leonardo Kauer Zinn, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 676.606.060-34 e **SHOPPING TOUR CAMBIO E TURISMO LTDA**, sito na Rua Bento Martins, 24, cj.1102, Bairro Centro em Porto Alegre – RS, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 01.802.239/0001-48, representada neste ato por Fabiana Becker Zambrano, CPF nº 648.844.810-20, doravante denominada **CONTRATADA**, para o fornecimento de bens descrito na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente Contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, regendo-se Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº 11.389, de 25 de novembro de 1999, Decreto Estadual nº 42.250, Decreto Estadual nº 42.020, de 16 de dezembro de 2002, pelo Decreto Estadual nº 42.434, de 09 de setembro de 2003, alterado pelo Decreto Estadual nº 45.744, de 08 de julho de 2008, Decreto Estadual nº 45.273, de 04 de outubro de 2007, Decreto Estadual nº 43.183, de 22 de junho de 2004, Decreto Estadual nº 44.365, de 23 de março de 2006 e legislações posteriores e subsidiariamente pelas Leis Federais nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e nº 8.666, 21 de junho de 1993, e suas alterações e como pelas condições do edital de Pregão para Registro de Preços 264/CELIC/2013, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 Prestação de serviços de gerenciamento, reserva, emissão, remarcação ou alteração e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais e eventos específicos.
- 1.2 Os Serviços deverão ser efetuados conforme Termo de Referência - Anexo IV.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 A execução deste Contrato compreende a prestação dos serviços, pela CONTRATADA, relativos aos itens descritos no Anexo IV – Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O preço para o presente ajuste é de R\$ 11,99 (onze reais e noventa e nove centavos) por transação realizada, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato ocorrerão por conta do recurso financeiro:

Unidade Orçamentária: 44.01.001
Atividade/Projeto: 4279
Elemento/Rubrica: 3.3.90.33.3304
Recurso: 8000
Empenho nº 13002543269
Data do Empenho: 05/06/2013

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

5.1 A repactuação deste contrato será permitida, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da última repactuação, sendo que no primeiro período de reajustamento será feita adequação ao mês civil, se for o caso.

5.2 A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços, justificados e comprovados.

5.3 Caberá à parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.

5.4 Os valores para repactuação de preços do Contrato deverão estar ajustados aos parâmetros referenciais fixados nos Contratos de Serviços de Terceiros – CST, de acordo com a Instrução Normativa DDPE nº 01/2006 (alterada pela IN TE nº 01/2012) e o Decreto nº. 44.365, de 23 de março de 2006.

5.5 Os custos de instalação e mobilização, no caso de prorrogação contratual, quando couber, deverão ser expurgados para fins de repactuação.

5.6 A proponente poderá apropriar para fins de apuração dos custos a depreciação dos equipamentos, respeitado o fracionamento da vida útil, considerando-se, ainda, o valor residual do bem.

5.7 É vedada, por ocasião da repactuação, a inclusão de benefícios não previstos originariamente.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 As passagens aéreas nacionais e internacionais e suas respectivas transações serão pagas na seguinte forma:

a) as Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura protocoladas do 1º ao 15º dia de cada mês terão seu vencimento no último dia do mês corrente;

b) as Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura protocoladas do 16º ao 31º dia de cada mês terão seu vencimento no dia 15 do mês subsequente;

6.1.1 O pagamento será efetuado por serviço efetivamente prestado e aceito.

6.1.2 As Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura somente poderão ser entregues ao contratante após a prestação dos serviços por parte da contratada.

6.2 Os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, emitida com o CNPJ da contratada, devidamente atestada, conforme cláusula nona do presente contrato.

6.3 O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante;

6.4 O valor referente ao fornecimento de serviço de oxigênio, necessário ao transporte de passageiro que necessite desse recurso, conforme previsto no item 3.21 do Termo de Referência, será pago conforme taxa de serviço estabelecida pela companhia aérea, devendo o faturamento obedecer às mesmas regras do item 5.1 desta Cláusula.

6.5 Os prazos de faturamento poderão sofrer alterações de acordo com a política econômica adotada pelas companhias aéreas, com aprovação do governo federal, conforme determinação da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil). Nesse caso, a contratada informará previamente ao contratante sobre essas condições.

6.6 A contratada deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente.

6.7 Os valores das comissões e descontos obtidos em função das aquisições das passagens aéreas serão repassados integralmente ao contratante através de dedução na Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura.

6.8 A CONTRATADA arcará com todos os custos referentes à mão de obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas

administrativas, tributos e demais encargos necessários à prestação dos serviços objeto deste Edital.

6.9 A CONTRATADA deverá emitir o faturamento com os seguintes dados: usuário, trecho, voo, número do bilhete, classe, tipo de tarifa, valor da tarifa emitida, valor da tarifa cheia, valor da taxa de embarque, vencimento, valor da transação, valor do comissionamento e/ou desconto e valor total a ser pago.

6.10 Para pagamento, a agência deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou Nota Fiscal fatura, os seguintes documentos:

- a) comprovante de venda da passagem aérea;
- b) demonstrativos de cálculo do valor final da operação, conforme Item 4.6 do Termo de Referência;
- c) via do bilhete de passagem e descrição da regra tarifária do bilhete;
- d) solicitação autorizada pelo órgão/entidade e demonstração das opções de voos enviadas pela agência ao órgão/entidade referente à solicitação aprovada;
- e) demais documentos que solicitam remarcações ou cancelamentos, entre outros, autorizados pelo órgão/entidade.

6.11 Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento contratual, nos termos do disposto no inciso XIII do art. 55, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os valores do presente contrato não pagos na data do adimplemento da obrigação deverão ser corrigidos, desde então, até a data do efetivo pagamento, *pro-rata die*, pelo Índice Geral de Preços – Mercado/IGP-M.

CLÁUSULA OITAVA- DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

8.1 As antecipações de pagamento em relação à data de vencimento, respeitada a ordem cronológica para cada fonte de recurso, terão um desconto equivalente a 0,033% por dia de antecipação sobre o valor do pagamento.

CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS

9.1. O prazo para o início da prestação dos serviços é de até 05 dias, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

9.2. A autorização do serviço somente poderá ser emitida após a publicação da súmula do Contrato no Diário Oficial do Estado.

9.3 O prazo de duração desta contratação será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da súmula do contrato, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e

sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, através do respectivo termo aditivo, nos termos do que dispõe o art. 57 inciso II da Lei federal 8.666/93 e legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O objeto do presente Contrato se estiver de acordo com as especificações do Edital, da proposta e deste instrumento, será recebido através de atestado de recebimento pelo órgão requisitante, onde deverá constar o nome, nº de matrícula, cargo/função do servidor responsável pelo recebimento da nota fiscal:

10.1.1. A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade, técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

10.1.2. O material recusado será considerado como não prestado/entregue.

10.1.3. Os custos de retirada e devolução dos serviços recusados, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES**11.1. Dos Direitos**

11.1.1. Da CONTRATANTE: receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas; e

11.1.2. Da CONTRATADA: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado;

11.2. Das Obrigações**11.2.1. Da CONTRATANTE:**

11.2.1.1. Efetuar o pagamento ajustado;

11.2.1.2. Fiscalizar a execução deste contrato conforme disposto no art.67, da Lei Federal 8.666/93; e

11.2.1.3. Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

11.2.1.4 Disponibilizar à CONTRATADA, a partir da assinatura do Contrato, os acessos às instalações e informações necessárias ao cumprimento de sua execução;

11.2.1.5 Prestar informações e os esclarecimentos pertinentes às atividades, que venham a ser solicitadas pelo preposto da CONTRATADA;

11.2.1.6 Expedir, por escrito, todas as determinações e/ou comunicações dirigidas à CONTRATADA;

11.2.1.7 Apresentar em tempo hábil, para providência da CONTRATADA, a planilha com o descritivo e quantitativo dos itens para os respectivos serviços;

11.2.1.8 Solicitar, em tempo hábil, a substituição ou correção dos serviços ou equipamentos que não tenham sido considerados adequados;

11.2.1.9 Designar servidor (es) para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

11.2.1.10 Efetuar os pagamentos na forma e nos prazos pactuados no Contrato;

11.2.1.11 Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado pelas demais empresas do ramo;

11.2.1.12 Emitir parecer sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial, quanto à avaliação da prestação dos serviços;

11.2.1.13 Requisitar as passagens aéreas, reservas, remarcações, cancelamentos, reembolsos, créditos e demais serviços.

11.2.1.14 Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor das tarifas e comissões à data de emissão das passagens.

11.2.1.15 Instruir o processo, conferir e atestar as faturas apresentadas pela contratada, e remetê-las a tempo ao setor competente visando o respectivo pagamento.

11.2.1.16 Solicitar, acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços contratados, mediante servidor devidamente designado.

11.2.1.17 Notificar a contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

11.2.1.18 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.

11.2.1.19 Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor das tarifas e comissões à data de emissão das passagens.

11.2.1.20 Notificar, por escrito, à contratada, da aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

11.2.2. Da CONTRATADA:

11.2.2.1. Prestar o serviço de acordo com as especificações do edital de licitação;

11.2.2.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

11.2.2.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;

11.2.2.4. Fornecer os materiais acompanhados de manuais, especificações e acessórios necessários a sua utilização se houver, e prestar esclarecimentos e informações técnicas que venham a ser solicitadas pela CONTRATANTE;

11.2.2.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.2.2.6. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

11.2.2.7 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

11.2.2.8 Apresentar durante a execução do Contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

11.2.2.9 Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou

culposa, na execução do Contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

11.2.2.10 Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços, na forma do que dispõem a legislação em vigor, o Edital e o Contrato;

11.2.2.11 Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, profissionais, especialistas e técnicos necessários para execução dos serviços, considerando o piso de cada categoria, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, bem como despesas com, quando necessário de viagens para execução das atividades de responsabilidade da CONTRATADA, observando a legislação vigente e qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a mesma;

11.2.2.12 Observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;

11.2.2.13 Assumir todo ônus decorrente de ações judiciais, provenientes de danos causados pela má execução do Contrato, que possam vir a ser imputados ao CONTRATANTE por terceiros;

11.2.2.14 Manter preposto responsável pela execução do Contrato, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for preciso;

11.2.2.15 Comunicar por escrito, ao Fiscal designado pela CONTRATANTE para acompanhar a execução contratual, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e mudança dos detalhes por parte da CONTRATANTE, durante a fase de planejamento do evento;

11.2.2.16 Reparar todo e qualquer dano que venha a ser causado em razão da má execução dos serviços objeto da contratação, suportando os prejuízos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA;

11.2.2.17 Assumir, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências da CONTRATANTE;

11.2.2.18 Executar qualquer serviço somente após prévia aprovação da CONTRATANTE;

11.2.2.19 Efetuar a prestação dos serviços na forma e condições previstas no instrumento contratual;

11.2.2.20 Responsabilizar-se pela integral prestação de serviços, inclusive no que se referir à inobservância da legislação em vigor;

11.2.2.21 Reparar ou corrigir à suas expensas no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução dos serviços objeto deste contrato.

11.2.2.22 Arcar com todos os ônus necessários à completa prestação dos serviços objeto deste registro de preços, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados, à seleção e ao treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

11.2.2.23 Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o CONTRATANTE sobre os assuntos relacionados à execução do contrato;

11.2.2.24 Capacitar os usuários do sistema para perfeita execução do objeto contratado, mantendo os empregados envolvidos na prestação de serviços deste contrato, atualizados com os procedimentos atestados pelo CONTRATANTE, por meio de treinamentos, sempre que necessário, sem ônus para o CONTRATANTE;

11.2.2.25 Prestar os serviços com todos os recursos materiais e humanos necessários à sua execução;

11.2.2.26 Solucionar todos e quaisquer problemas que venham a surgir, relacionados com passagens, embarque, desembarques e quaisquer outras logísticas de embarque, em aeroportos no Brasil e no exterior;

11.2.2.27 Atender integralmente o Anexo IV - Termo de Referência;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. Este Contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, Lei federal nº 8.666/93.

13.2. A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

14.1. As seguintes sanções poderão ser aplicadas a CONTRATADA, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Estadual.

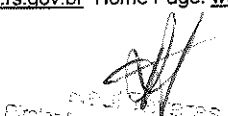
14.1.1 Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido, a critério da CONTRATANTE, mediante justificativa;

14.1.2. Multa sobre o valor total atualizado do Contrato:

14.1.2.1 de 10% do valor total do contrato pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

14.1.2.2 de 10% nos casos de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução, objeto contratado;

14.1.2.3 O atraso injustificado do serviço ou do fornecimento do material em relação ao prazo estipulado na Cláusula nona deste Contrato sujeitará a contratada à multa de 0,5% por dia de atraso sobre a parcela entregue fora do prazo, até o limite de 20 (vinte) dias, após o qual poderá haver rescisão contratual;




Wagner Weylinger Machado

X

14.1.2.4. Pela inexecução total ou parcial serão aplicadas multas na forma a seguir:

14.1.2.4.1. Atraso da CONTRATADA nos serviços e na retirada do material rejeitado, após o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de comunicação da recusa: 01% (um por cento) do valor do material questionado, por dia de atraso.

14.1.3. No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONTRATADA, ser-lhes-á aplicada a suspensão temporária em relação à sua participação em licitação, bem como o impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no artigo 28, da Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009:

14.1.3.1. até cinco anos, para as situações do artigo 28, da Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, relativamente à modalidade de licitação denominada pregão;

14.1.3.2.. dois anos, para as situações dos incisos II e III do artigo 1º do Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003;

14.1.3.3. seis meses, para situações dos incisos II, III e IV do artigo 2º do Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003;

14.1.3.4. quatro meses, para situações do inciso I do artigo 2º do Decreto Estadual nº 42, 250, de 19 de maio de 2003;

14.1.3.5. três meses, para as situações dos incisos V e VI do artigo 2º do Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003.

14.2. A suspensão temporária ensejará a rescisão imediata do Contrato pelo Ordenador de Despesa.

14.3 - A declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Estadual será aplicada pelo Secretário de Estado no caso de Órgão da Administração Direta e Indireta, nos termos do artigo 10 do Decreto Estadual nº. 42.250, de 19 de maio de 2003, considerando as condições estabelecidas no § 2º, incisos I e II do seu artigo 8º.

14.3.1 Para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10(dez) dias a contar da abertura de vista;

14.4 Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura de vista;

14.5 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, e não terá caráter compensatório, sendo que a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;

14.6. Das penalidades de que trata esta Cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.

14.7 As multas deverão ser recolhidas, através de depósito na conta corrente nº 0323560101, do Banco Banrisul, Agência nº 0100, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação do CONTRATADO, podendo a CONTRATANTE descontá-la na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente relativo à avença;

14.8. As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando, porém, o seu total limitado a 30% (trinta por cento) do valor da integralidade da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EFICÁCIA

15.1 O presente Contrato somente terá eficácia depois de publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

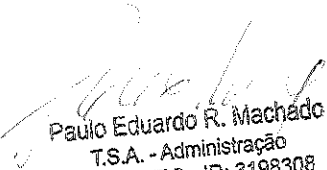
16.2. E, por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 05 de JULHO de 2013.


Leonardo Kauer Zinn,
Diretor-Presidente - DETRAN/RS.


Fabiana Becker Zambrano,
Shopping Tour Cambio e turismo Ltda.

Testemunhas:


Paulo Eduardo R. Machado
T.S.A. - Administração
DETRAN/RS - ID: 3198308

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO:**

1.1 A presente licitação tem por objeto o registro de preços para a prestação de serviços de agenciamento, reserva, emissão, remarcação ou alteração e fornecimento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, em viagens a serviço e eventos específicos, para atender os Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Rio Grande do Sul.

2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO, apurado pelo menor valor de transação para emissão de passagem aérea doméstica, observadas as exigências do edital e seus anexos.

2.2 Entende-se por transação:

- emissão de bilhete aéreo de ida e volta, por uma mesma companhia,
- emissão de bilhete aéreo somente de ida ou somente de volta,
- a reemissão de bilhete aéreo não utilizado (não voado).

2.3 A emissão de bilhete aéreo de ida e volta por companhias aéreas diferentes será considerada como duas transações.

2.4 Entende-se por passagem aérea doméstica os voos entre cidades do Brasil.

2.5 O valor da transação para emissão de passagem aérea internacional será acrescido de 50% (cinquenta por cento) do valor para emissão de passagem aérea doméstica.

3. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELA CONTRATADA:

3.1 Reservar e fornecer o bilhete de passagem aérea mediante o recebimento de solicitação/autorização via sistema informatizado ou, excepcionalmente, a entrega de requisição de passagem devidamente assinada pelo servidor competente, indicado pelo Órgão/Entidade;

3.2 Fornecer, durante toda a execução da ata de registro de preços, os bilhetes de passagens aéreas, nacionais e internacionais, com os menores preços disponíveis no momento da aquisição, informando ao contratante todas as opções de voos que atendam à solicitação enviada;

3.3 Manter contato com a Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos - SARH sobre quaisquer assuntos relativos à prestação dos serviços objeto deste termo de referência, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

3.4 Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com a SARH, para o fluxo operacional da prestação de serviços objeto deste termo de referência;

3.5 Designar pessoal qualificado para a execução das atividades decorrentes deste objeto, responsabilizando-se pela qualidade da prestação dos serviços;

3.6 Manter serviço de plantão para atendimento 24 horas por dia, durante os sete dias da semana, disponibilizando para o contratante plantão de telefones fixos e celulares;

3.7 Prestar informação ao órgão/entidade contratante sobre as opções de roteiros, horários, tarifas, promoções, frequências de voos (partida/chegada) e outros;

- 3.8 Efetuar reservas, marcações, remarcações, cancelamentos e créditos de passagens aéreas para o contratante, utilizando, prioritariamente, as tarifas mais econômicas;
- 3.9 Reembolsar ao órgão/entidade contratante a quantia paga por este com base no preço impresso no bilhete de passagem aérea não utilizada, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da solicitação do reembolso, deduzidas as multas que porventura sejam cobradas pelas companhias aéreas;
- 3.10 Efetuar tempestivamente a correção das deficiências apontadas pelo órgão/entidade contratante, com relação ao fornecimento de bilhetes de passagens aéreas;
- 3.11 Substituir os bilhetes de passagens aéreas não utilizadas por outro, com novo itinerário ou desdobramento, quando solicitado pelo órgão/entidade;
- 3.12 Disponibilizar através de sistema, bilhetes de todas as empresas aéreas nacionais e internacionais;
- 3.13 Utilizar, na prestação dos serviços, Sistema Eletrônico de Gestão de Viagens próprio da contratada, o qual deverá ser disponibilizado em até 03 meses a partir da data da homologação da licitação, sem que isso importe algum custo extra ao contratante e conforme os requisitos descritos abaixo:
- a) Funcionar por meio de um aplicativo que utilize a internet como canal de acesso, sendo exigida a utilização de senhas individuais de acesso para cada usuário.
 - b) Permitir a criação de perfis ou grupos de usuários cadastrados com diferentes níveis de acesso. Os grupos devem ser:
 - Grupo de Usuários Solicitantes – formado por servidores designados pelos Órgãos/Entidades contratantes, com atribuição exclusiva de solicitar cotação, reserva e emissão de bilhetes, após autorização do Órgão/Entidade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul a ser designado;
 - Grupo de Usuários Autorizadores – formado por servidores designados pelos Órgãos/Entidades do Governo do Estado do Rio Grande do Sul a serem determinados, com atribuição de autorizar ou não a emissão das passagens solicitadas;
 - Grupo de Gestão do Sistema – formado por servidores designados pela Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos - SARH, com atribuição de promover a gestão centralizada das informações relativas às passagens;
 - Grupo de Usuários Agência – formado por funcionários designados pela agência de viagens vencedora da licitação destinados ao atendimento dos contratantes.
 - Grupo de Usuário de Auditoria – formado por servidores da CAGE.
 - c) Permitir a solicitação de cotação das passagens pelos usuários solicitantes que preencherão os campos relativos à identificação do passageiro, itinerário, data e horário da partida e do retorno, horário do compromisso e motivo da viagem.
 - d) Permitir que a agência de viagens insira dados informando aos usuários todas as opções para o trecho e o dia solicitados, destacando a opção mais barata. No caso de a reserva efetuada pelo usuário não ser a tarifa mais barata, o sistema deverá possuir campo específico para que o usuário justifique a opção. (nesse caso autorização pelo ordenador de despesas)
 - e) O sistema deve disponibilizar, no mínimo, os seguintes itens a serem informados na resposta ao serviço de reserva de passagem: nome do passageiro, da empresa de transporte, itinerário com escalas e conexões, dia e hora da viagem, motivo da viagem,

código da reserva, número da poltrona, valor da passagem incluindo taxa de embarque e valor por transação ou percentual de desconto.

f) Permitir ao usuário autorizante visualizar os dados do passageiro e o total das despesas relacionadas com a viagem.

g) Permitir que os autorizadores e solicitantes, em diferentes níveis de acesso, possam acompanhar o fluxo do processo de aquisição das passagens

h) Disponibilizar ao contratante e à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, em diferentes níveis de acessos, a emissão de relatórios com os seguintes requisitos mínimos:

- Relatório de acompanhamento financeiro por órgão e entidade, data da emissão das passagens, nome dos passageiros, empresa de transporte, trecho, valor;

- Relatório analítico contendo: data da emissão da passagem, empresa de transporte, trecho, melhor tarifa, tarifa escolhida, taxa de embarque, valor por transação e desconto sobre tarifa, valor líquido e o percentual de economia entre a melhor tarifa e a tarifa escolhida;

- Relatórios individuais e gerais contendo: quantidade e gastos com passagens por órgão e entidade e por viajante; por empresas de transporte; por trechos; por valores pagos por trecho; tempo entre a solicitação, a reserva e a emissão do bilhete; frequência da não utilização de bilhetes (cancelamentos, *no-show*, reembolsos); viabilização do cruzamento entre todos esses dados de acordo com a necessidade e visualização gráfica dos resultados;

- Relatório mensal de reembolsos pendentes e pagos;

- Relatório mensal com os cancelamentos e remarcações de bilhetes, com demonstrativo de cálculo dos valores;

- Planilha de acompanhamento mensal, informando o quanto o contratante comprou, pagou e o débito do mês, se houver;

- Relatório de faturamento, informando o quantitativo a ser pago e descrição dos bilhetes comprados, cancelados e remarcados, por órgão/entidade;

- Relatório de aquisição de passagens aéreas por Companhias Aéreas.

i) A Contratada deverá disponibilizar ao contratante os dados em meio eletrônico, para que esta possa realizar controles internos.

j) O sistema deve dispor de mecanismos de segurança, que garantam a autenticidade, inviolabilidade e integridade das informações, mantendo sigilo absoluto sobre dados e documentos integrantes dos serviços a serem prestados.

k) O sistema deverá estar disponível para acesso 24h (vinte e quatro horas) por dia, durante 7 (sete) dias por semana.

l) Em caso de indisponibilidade temporária do sistema, as reservas poderão ser requisitadas por e-mail, e emissões com formulário específico.

m) Possibilitar a solicitação de ressarcimento, aos órgãos/entidades de bilhetes emitidos, pagos e não utilizados, deduzidos os valores referentes às multas e taxas cobradas pelas empresas aéreas.

n) O sistema deve conter área de cadastro dos órgãos e entidades, usuários e gestores do sistema, empresas de transporte e principalmente dos viajantes para que estas informações não necessitem ser repetidas a cada nova solicitação.

o) O sistema informatizado será preferencialmente a principal ferramenta de comunicação entre a agência e as contratantes.

3.14 O prazo de envio, pela agência, de todas as opções de voos disponíveis deverá ser de até 02 (duas) horas no caso de passagens nacionais e até 03 (três) horas nos casos de passagens internacionais;

3.15 O prazo de emissão de passagem aérea, pela agência, após a autorização do responsável (ordenador de despesas) do órgão/entidade, deverá ser de até 02 (duas) horas em passagens nacionais e até 03 (três) horas em passagens internacionais;

3.16 Providenciar o embarque de passageiro nos voos, caso haja algum problema com o bilhete fornecido pela agência contratada;

3.17 Providenciar "check in" dos passageiros em qualquer aeroporto, quando necessário e se solicitado;

3.18 Providenciar junto a companhia aérea o endosso de bilhetes aéreos, quando necessário;

3.19 Dar assistência ao passageiro em casos como cancelamento, atraso ou *overbooking* do voo e outros problemas ou dúvidas durante o embarque;

3.20 A agência contratada deverá ter sistema próprio, via web, de reserva e emissão de passagens aéreas;

3.21 A contratada deverá providenciar junto à companhia aérea as condições necessárias para o transporte de passageiro em condições especiais de saúde, como, por exemplo, o uso de oxigênio, de macas e outros, quando o passageiro apresentar laudo médico comprovando a necessidade e, neste, constarem as especificações de uso de modo a permitir as condições normais de operação da aeronave, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelas companhias aéreas para esse tipo de serviço;

3.22 Garantir a boa qualidade dos serviços prestados;

4. DA FORMA DE REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA:

4.1. Pelos serviços prestados, discriminados no item 3 deste Termo de Referência, o contratante remunerará a contratada apenas pela emissão de bilhetes aéreos, pelo regime de Valor por Transação, conforme discriminado no subitem 4.7, sendo essa a única forma de remuneração devida pela prestação dos serviços.

4.2. A contratada se obriga a repassar ao contratante o valor de todas as comissões, descontos, taxas ou qualquer remuneração que lhe são pagas pelas companhias aéreas, relativas ao fornecimento das passagens, devendo comprovar documentalmente o montante dessas comissões.

4.3. Para efeito de pagamento, será considerada uma (1) transação:

a) a emissão de bilhete aéreo de ida e volta por uma mesma companhia;

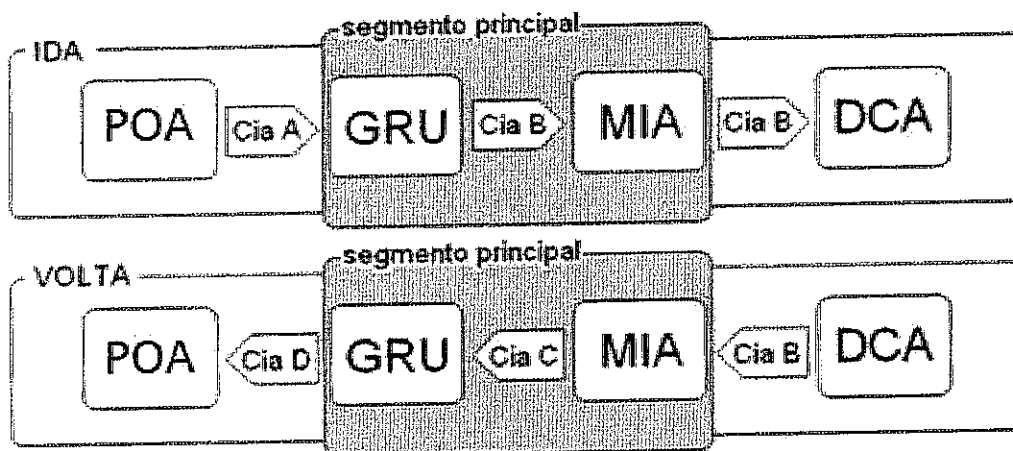
b) a emissão de bilhete aéreo somente ida ou somente volta;

c) a reemissão de bilhete aéreo decorrente de remarcação de bilhete não utilizado (não voado).

4.3.1. Considera-se ida ou volta todo o trecho entre a origem e o destino, independente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

4.3.2. A emissão de bilhete aéreo de ida e volta por companhias aéreas diferentes será considerada duas transações.

4.3.2.1. Nas viagens de ida e volta com segmentos realizados por mais de uma companhia, somente serão consideradas duas transações quando o segmento principal de cada trecho for realizado por companhias diferentes, como no exemplo a seguir:



4.3.2.2. Será considerado segmento principal aquele de maior distância entre as cidades.

4.4. O valor por transação para emissão de passagem aérea doméstica será de R\$ 26,00 (vinte e seis reais).

4.5. O valor da transação para emissão de passagem aérea internacional será acrescido de 50% (cinquenta por cento) do valor para emissão de passagem aérea doméstica.

4.6. Os demais serviços prestados pela agência contratada não são considerados transações, portanto, não serão remunerados.

4.7. O valor a ser pago pelo contratante por cada bilhete emitido será o valor da passagem aérea subtraído do valor da comissão paga à contratada pela empresa aérea, acrescido do valor da Taxa de Embarque e do Valor por Transação, que pode ser calculado utilizando-se da seguinte fórmula:

$VF = VP - VC + TE + VT$, sendo:

VF = Valor da Fatura (valor a ser pago);

VP = Valor da Passagem Aérea;

VC = Valor da Comissão paga pela companhia aérea à agência contratada;

TE = Valor da Taxa de Embarque; e

VT = Valor por Transação

4.7.1. O valor por transação será o da proposta vencedora deste processo licitatório.

4.7.2. O valor da passagem aérea será aquele ofertado pela companhia aérea (inclusive com os descontos promocionais) para o trecho, dia e horário escolhidos.

5. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS:

5.1 A execução do objeto desta ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelo contratante, por meio de servidor especialmente designado para este fim, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei 8.666/93, doravante denominado simplesmente de FISCAL, a quem competirá, entre outras atribuições:

- a) solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução dos serviços e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas neste instrumento;
- c) determinar à contratada a correção das partes dos serviços executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações constantes neste instrumento ou o seu refazimento;
- d) encaminhar ao gestor do registro de preços, fazendo juntada dos documentos necessários, relatório das ocorrências (falhas) observadas na execução da ata de registro de preços, para que o gestor encaminhe à autoridade competente as solicitações de penalidades aplicáveis pelo não cumprimento de obrigações assumidas pela agência contratada;

5.2 A ação do fiscal e/ou gestor não exime a contratada de suas responsabilidades contratuais, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade e na ocorrência desta, não implicando responsabilidade do contratante ou de seus agentes (Art. 70 da Lei nº 8.666/93).